

Resultado da Agenda Legislativa

De 13/05/2024 até 17/05/2024

Congresso Nacional

15/05/2024 - quarta-feira

15:00

CMMC - Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

[2ª. Reunião](#)

Local

Objetivo

Status

Anexo II, Ala Senador
Nilo Coelho, Plenário
nº 6

Debater o Plano Nacional sobre Mudança do
Clima - impacto das mudanças climáticas nas
calamidades atuais do Brasil e atuação do
Estado na prevenção e adaptação às mudanças
climáticas.

Realizada

Convidados

• **Nome:** Ana Toni - **Cargo:** Secretária Nacional de Mudança do Clima - MMA

Câmara Dos Deputados

13/05/2024 - segunda-feira

09:00 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

[Evento Técnico](#)

Local	Objetivo	Status
	Encontro da CAPADR na AGROBALSAS 2024	Encerrada (Final)

14/05/2024 - terça-feira

09:00 **CSAUDE - Comissão de Saúde**
[Audiência Pública](#)

Local	Objetivo	Status
	Inclusão de produtos voltados a pessoas com intolerâncias e alergias alimentares em programas de acesso a alimentos e de distribuição de cestas básicas REQ nº 29/2024 CSAUDE, do Deputado Florentino Neto. Convidados (a confirmar): Deputado Federal ALEXANDRE LINDENMEYER; Representante do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Representante do Conselho Nacional de Assistência Social; Representante do Conselho Federal de Nutricionistas; Representante da Sociedade Brasileira de Alergia e Imunologia; Representante da Sociedade Brasileira de Pediatria; Representante do Movimento Celiacos do Brasil; Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.	Cancelada

Anexo II, Plenário 07

09:00 **CSAUDE - Comissão de Saúde**
[Audiência Pública](#)

Local	Objetivo	Status
	Dez anos do Guia Alimentar para a População Brasileira REQ 66/2024 e 108/2024 CSAUDE, do Dep. Padre João (PT-MG). Convidados confirmados: - Kelly Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (participação presencial); - Alexandre Barcellos, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (participação presencial); - Sônia Maria Salviano Matos de Alencar, representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (participação presencial); - Lorena Gonçalves Chaves Medeiros, representando o Conselho Federal de Nutricionistas (participação presencial); - Roseli Zerbino - Coordenadora Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (participação virtual); - Gabriela Bioni e Silva, nutricionista da Coordenação-Geral de Promoção da Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (participação virtual); - Ana Paula Bortoletto Martins, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS), da Universidade de São Paulo (participação virtual); - Priscila Dimiz, Assessora de Advocacy da ACT Promoção da Saúde (participação presencial).	Encerrada (Final)

Anexo II, Plenário 07

09:00 CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

[Evento Técnico](#)

Local	Objetivo	Status
	Encontro da CAPADR na AGROBALSAS 2024	Encerrada (Final)

14:30 CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

[Reunião Deliberativa](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 12

CD PL 8262/2017 - (ORDINARIA)

Autor(a): André Amaral (PROS/PB)

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Despachos: CSFCCO -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 554/2019, 4.433/2023, 10.140/2018, 942/2019, 5.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.589/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.052/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.800/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

O parecer do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.262/17, devido ao enunciado da proposição que permite ao proprietário esbulhado solicitar assistência policial para remover os invasores, desde que apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua própria força, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa flexibilização é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou entraves legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente. Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, tratam de disposições sobre esbulho, questão já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 16

CD PL 4720/2016 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jerônimo Goergen (PP/RS)

Altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

Despachos: CAPADR -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Sergio Souza (MDB/PR)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Sergio Souza (MDB-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

A instabilidade na execução do orçamento tem sido um problema para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Uma vez que gera incerteza quanto ao recebimento da subvenção prometida, prejudicando as seguradoras e sobrecarregando os agricultores, que acabam arcando com o custo total do prêmio do seguro, em vez de receberem subsídio público. Para corrigir esse impasse, busca-se permitir que os pagamentos da subvenção não precisem ser feitos no mesmo ano em que o seguro é contratado, já que muitas vezes há recursos disponíveis no final do ano. Isso se justifica pelo fato de que, comumente, são disponibilizados montantes significativos de recursos orçamentários para o Programa no final de cada exercício financeiro, seja por meio de descontingenciamentos orçamentários ou pela aprovação de créditos adicionais.

Resultado:

Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 17

CD PL 3451/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Marinho Filho (PRD/MA)

"Dá nova redação ao caput do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais".

Despachos: CAPADR -> CCJC

Atual Relator(a): Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PT-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

Embora a redução dos espaços agrícolas nos Planos Diretores Municipais busque aumentar a arrecadação municipal por meio do IPTU, ela pode afetar negativamente os agricultores familiares, excluindo-os das políticas de apoio à agricultura. No entanto, é crucial destacar que, segundo o Estatuto da Terra, as propriedades classificadas como **imóveis rurais** continuam elegíveis para os benefícios da Lei 11.326/2006, mesmo em áreas urbanas. Essa definição oferece segurança jurídica para o financiamento da produção agrícola pelo agricultor familiar.

Resultado:

Encaminharam a votação a Deputada Chris Tonietto e o Deputado Rubens Pereira Júnior. Rejeitado o Requerimento de Retirada de Pauta. Vista à Deputada Chris Tonietto. Votação do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e Chris Tonietto

Ordem: 21

CD PL 2168/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC

Atual Relator(a): Coronel Fernanda (PL/MT)

Parecer

Parecer da Relatora, Dep. Coronel Fernanda (PL-MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) só permite intervenções em APPs para obras de **utilidade pública**, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causem intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:

Não deliberado em razão do cumprimento de vista

14:30 **CEDESAT - Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional**

[Audiência Pública e Deliberação](#)

Local	Objetivo	Status
-------	----------	--------

Relação entre as mudanças climáticas e o aumento da ocorrência e da intensidade dos desastres. Tema: A relação entre as mudanças climáticas e o aumento da ocorrência e da intensidade dos desastres ocorridos em território brasileiro, com o intuito de avaliar as medidas necessárias para mitigar seus efeitos e adaptar as cidades e os demais territórios à nova realidade climática". Convidados:

Anexo II, Plenário 03	REGINA ALVALÁ, Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN; (CONFIRMADA) ANA TONI, Secretária de Mudanças do Clima do Ministério do Meio Ambiente; (CONFIRMADA) DELTON CARVALHO, Professor de Direito Ambiental da UNISINOS; (CONFIRMADO) CLÁUDIO ÂNGELO, Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima. (CONFIRMADO) (Requerimento nº 23/2023, do Dep. Gilson Daniel)	Encerrada
-----------------------	--	-----------

15:00 **CEENERG - Comissão Especial para estudo, avaliação e acompanhamento das iniciativas e medidas adotadas para transição energética - Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio Verde no Brasil**

[Audiência Pública](#)

Local	Objetivo	Status
-------	----------	--------

Plano de Transformação Ecológica do Executivo Federal Audiência Pública Tema: Instrumentos e Estratégias para a Implementação do Plano de Transformação Ecológica do Executivo Federal Convidados: RAFAEL RAMALHO DUBEUX, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda (confirmado). Requerimento nº 5/2024, do Dep. Arnaldo Jardim

Anexo II, Plenário 09		Encerrada
-----------------------	--	-----------

15:00 **SUBZPE - Subcomissão Especial das Políticas Públicas das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE**

[Reunião de Instalação e Eleição](#)

Local	Objetivo	Status
-------	----------	--------

Anexo II, Plenário 14	Reunião de Instalação e Eleição	Encerrada
-----------------------	---------------------------------	-----------

17:00 **CEDES - Centro de Estudos e Debates Estratégicos**

[Reunião Técnica](#)

Local	Objetivo	Status
-------	----------	--------

Alterações Legislativas para Reindustrialização Brasileira no Setor Químico CÂMARA DOS DEPUTADOS CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS 57ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária Reunião de Trabalho de 14 de maio de 2024 REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DESCARBONIZAÇÃO TEMA: ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A DESCARBONIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO SETOR QUÍMICO Local: Plenário 4 Data: 14/05/24 Horário: 17h00 P A U T A DA REUNIÃO Na audiência pública "Alterações legislativas para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização: contribuições do setor químico" busca-se avaliação de autoridades, especialistas e representantes do setor sobre a necessidade de incentivos e instrumentos adequados à política industrial para o desenvolvimento dos diversos ramos do setor químico no País. É imprescindível a discussão, inclusive diante do cenário internacional, sobre a necessidade de avanços do setor químico no adensamento produtivo para a reindustrialização brasileira, a qual deve ser realizada sob novas bases, além da contribuição do setor para a inovação, a transição energética e a descarbonização. Alguns dos objetivos do estudo são: examinar as políticas industriais das principais economias e os instrumentos que têm sido utilizados atualmente; identificar setores industriais promissores para o desenvolvimento econômico e social brasileiro; sugerir diretrizes para a política industrial brasileira e identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado no contexto da transição energética e da descarbonização, especialmente por meio da bioeconomia e a bioindústria; além de outros. 1 Abertura dos trabalhos pelos relatores do estudo - Deputado Félix Mendonça Jr - Deputado Pedro Uczai e Deputado Dr. Luiz Ovando 2 Apresentação dos palestrantes - Eduardo Carlos Weaver, Coordenador Geral da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC - Paulo Gala, Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP) e Conselheiro da FIESP (virtual) - Paulo Carvalho Engler Pinto Jr, Diretor Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza (ABIPLA) - André Passos Cordeiro, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) 3 Debate entre os deputados relatores do estudo, consultores legislativos e palestrantes sobre o tema da audiência Consultores legislativos: Pedro Garrido, Henrique Leite, Wagner Tavares, Rafael Amorim, Márcio Valadares, Paula Santos e Claudio Nazareno 4 Perguntas dos convidados aos palestrantes 5 Encerramento dos trabalhos

Anexo II, Plenário 04

Encerrada

15/05/2024 - quarta-feira

Ordem	Assunto	Relator	Participantes	Observações
1	Abertura dos trabalhos	Deputado Félix Mendonça Jr	Deputado Pedro Uczai, Deputado Dr. Luiz Ovando	
2	Apresentação dos palestrantes	Eduardo Carlos Weaver	Paulo Gala, Paulo Carvalho Engler Pinto Jr	
3	Debate	Deputados relatores do estudo	Consultores legislativos e palestrantes	
4	Perguntas dos convidados	Convidados aos palestrantes		
5	Encerramento			

Resumo das atividades realizadas durante o período de 13 de maio a 17 de maio de 2024. Este documento contém informações sobre as reuniões, audiências públicas, viagens e outras atividades realizadas pelo FPA durante este período. Para mais detalhes, consulte o relatório completo disponível no site do FPA.

08:30	Entrega de medalhas, condecorações e prêmios	
Local	Objetivo	Status
Salão Nobre	Realização da 4ª Edição do Prêmio da Economia Verde	
08:00	CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	
Reunião Deliberativa		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Termo)
Proposições em pauta		
Ordem: 1		
CD PL 952/2019 - (ORDINARIA)		
Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)		
Determinar o regramento quanto ao limite imposto ao importador brasileiro de leite em pó sobre prazo de validade mínimo do produto.		
Despachos: CDE -> CAPADR -> CCJC		
Atual Relator(a): Capitão Alberto Neto (PL/AM)		
Parecer		
Parecer de Comissão	ao Projeto de Lei nº 952/2019.	
ORIENTAÇÃO FPA		
FAVORÁVEL		
ARGUMENTAÇÃO		
Estabelecendo um prazo mínimo de validade de setenta por cento do tempo de prateleira para a importação de leite em pó, essa medida promove maior segurança alimentar ao consumidor brasileiro. Além disso, ela incentiva a produção nacional de produtos lácteos, ao mesmo tempo em que combate práticas desleais de preços de produtos importados próximos ao vencimento. A ausência de um prazo mínimo de validade cria uma brecha para que empresas estrangeiras exportem leite em pó próximo ao vencimento, potencialmente com preços mais baixos do que os praticados no mercado.		
Ordem: 18		
CD PL 3135/2019 - (PRIORIDADE)		
Autor(a): Luis Carlos Heinze		
Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos.		
Despachos: CCULT -> CCJC		
Atual Relator(a): Covatti Filho (PP/RS)		
Parecer		
Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 2.986/2019, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Cultura.		

16/05/2024 - quinta-feira

08:30	Entrega de medalhas, condecorações e prêmios	
Local	Objetivo	Status
Salão Nobre	Realização da 4ª Edição do Prêmio da Economia Verde	
08:00	CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	
Reunião Deliberativa		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 01	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Termo)
Proposições em pauta		
Ordem: 1		
CD PL 952/2019 - (ORDINARIA)		
Autor(a): Jose Mario Schreiner (MDB/GO)		
Determinar o regramento quanto ao limite imposto ao importador brasileiro de leite em pó sobre prazo de validade mínimo do produto.		
Despachos: CDE -> CAPADR -> CCJC		
Atual Relator(a): Capitão Alberto Neto (PL/AM)		
Parecer		
Parecer de Comissão	ao Projeto de Lei nº 952/2019.	
ORIENTAÇÃO FPA		
FAVORÁVEL		
ARGUMENTAÇÃO		
Estabelecendo um prazo mínimo de validade de setenta por cento do tempo de prateleira para a importação de leite em pó, essa medida promove maior segurança alimentar ao consumidor brasileiro. Além disso, ela incentiva a produção nacional de produtos lácteos, ao mesmo tempo em que combate práticas desleais de preços de produtos importados próximos ao vencimento. A ausência de um prazo mínimo de validade cria uma brecha para que empresas estrangeiras exportem leite em pó próximo ao vencimento, potencialmente com preços mais baixos do que os praticados no mercado.		
Ordem: 18		
CD PL 3135/2019 - (PRIORIDADE)		
Autor(a): Luis Carlos Heinze		
Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos.		
Despachos: CCULT -> CCJC		
Atual Relator(a): Covatti Filho (PP/RS)		
Parecer		
Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 2.986/2019, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Cultura.		

09:00	CEPORTOS - Comissão de Juristas com a finalidade de debater e apresentar proposta de revisão do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiro	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
	Simplificação regulatória, patrimonial e ambiental envolvendo os temas gerais da atividade portuária. Convidados: Caio Morel, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres - ABRATEC (confirmado); Aluisio de Souza Sobreira, Diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB (confirmado - videoconferência); Antônio Lawand, representante da Maritime Law Academy (confirmado - videoconferência); João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (a confirmar); Almirante Murillo de Moraes Rêgo Corrêa Barbosa, Diretor da Seção VI - Infraestrutura de Transporte e Logística da Confederação Nacional do Transporte - CNT e Diretor-Presidente da ATP - Associação de Terminais Portuários Privados. (confirmado); Carlos Augusto Müller, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos - CONTTMAF (a confirmar); Maria Teresa Penteado, Gerente Jurídica do Grupo Wilson Sons, representante da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo - ABEAM e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima - Syndarma (confirmada); Fábio Silveira, Consultor Jurídico da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias - ABEPH (confirmado); José Rebelo III, Vice-Presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior - ABANI (confirmado); Renato Voltaire Barbosa Araújo, Diretor Operacional da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga - ANUT (confirmado); Marco Ferraz, Presidente da CLIA Abreamar Brasil - Cruise Line International Association (confirmado); Augusto Wagner, Diretor Executivo do Instituto Brasil Logística - IBL (confirmado); Samuel Carvalho, representante do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP (confirmado); e Ursula Peroni, representante da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem - ABAC (confirmada). Edital de convocação disponível na página da Comissão por meio do endereço: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/57a-legislatura/revisao-legal-exploracao-portos-instalacoes-portuarias/outras-documentos/copy_of_EditaisAPRiodeJaneiro160524.pdf .	Encerrada
09:00	CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	
Evento Técnico		
Local	Objetivo	Status
	Encontro da CAPADR na AGROBALSAS 2024	Encerrada (Final)
10:00	CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 04	Transporte aéreo de animais domésticos REQ 4/2024, dos Deputados Marcelo Queiroz (PP-RJ) e Delegado Matheus Laiola (UNIÃO-PR) Convidados: ANA ELISA ALMEIDA Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) SÍLVIO COSTA FILHO Ministro de Portos e Aeroportos (MPA) THIAGO SOUZA PEREIRA Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) JUREMA MONTEIRO Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) DANY OLIVEIRA Diretor-Geral da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) JOÃO FANTAZZINI Tutor do cachorro Joca	Convocada
10:00	CLP - Comissão de Legislação Participativa	
Audiência Pública		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Plenário 03	Alimentos e produtos disponibilizados nas cestas básicas, no escopo da Reforma Tributária Expositores: 1. Dra Vanille V. B. Pessoa Cardoso - Representando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA; 2. Marília Sobral Albiero - Coordenadora da campanha sobre Alimentação Saudável da organização ACT Promoção da Saúde; 3. Leticia Cardoso - Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (DAENT/SVSA/MS); 4. Gisele Ane Bortolini - Coordenador(a)-Geral de Promoção da Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 5. Anderson Amaro - Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); 6. Rafaela Vieira - Pacto contra à Fome; 7. Myrian Cruz - Conselheira Nacional de Saúde e Coordenadora da Comissão Intersetorial Alimentação e Nutrição/CNS/MS; 8. Francisco Dalchiavon - Movimento Sem Terra (MST); 9. Patricia Jaime - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS/USP).	Encerrada

17/05/2024 - sexta-feira

09:00

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

[Evento Técnico](#)

Local

Objetivo

Status

Encontro da CAPADR na AGROTINS 2024

Convocada

09:00

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

[Evento Técnico](#)

Local

Objetivo

Status

Encontro da CAPADR na AGROBALSAS 2024

Convocada